

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 21 de dezembro de 1994, no anfiteatro do Hotel Nacional Inn, em Campinas, sito à Av. Benedito Campos, 35 - Jd. do Trevo, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ, registrando-se a participação de 150 pessoas, dentre 21 representantes de Municípios (15 com direito a voto, 11 Prefeitos); 14 representantes do Estado e 15 representantes da Sociedade Civil; conforme listagem anexa à presente e do público registrado em livro próprio. Após a recepção dos presentes, foi composta a mesa dirigente dos trabalhos com o senhor Antonio Carlos de Mendes Thame, Prefeito de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ; o senhor José Roberto Magalhães Teixeira, Prefeito de Campinas; o senhor Antonio Félix Domingues, Secretário de Estado de Recursos Hídricos Saneamento e Obras; o senhor José Machado, Deputado Federal eleito; o senhor José Carlos Tonin Deputado Estadual eleito; o senhor Frederico Pollo Muller Prefeito de Americana e Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari; o senhor Luiz Roberto Del Gelmo, representante do Prefeito Municipal de Jundiaí e do Comitê de Recuperação do Rio Jundiaí (CERJU); o senhor Eduardo Lovo Paschoalotti, representante do CIESP-Limeira e Vice-Presidente do CBH-PCJ; e o senhor Rui Brasil Assis, Diretor da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário Executivo do CBH-PCJ.

1 - Abertura e verificação de presença:

Dando início à reunião o senhor Antonio Carlos de Mendes Thame, Presidente do CBH-PCJ e Prefeito de Piracicaba, saudando a todos, agradece os membros do CBH-PCJ por ter esse colegiado, no espaço de tempo de um ano, ter cumprido todas as funções prescritas em lei, além de ter avançado na elaboração do anteprojeto de lei autorizando o Estado a participar da constituição de uma Agência de Bacia. Enaltece a presença do Secretário Estadual de Recursos Hídricos Saneamento e Obras e do Prefeito de Campinas, ressalta a presença do Prefeito de Americana como presidente do Consórcio Intermunicipal e do Representante do CERJU e assinala o trabalho de consenso que o CBH-PCJ vem realizando. Manifestaram-se também o Prefeito Municipal de Campinas, Magalhães Teixeira, dando boas vindas aos presentes e enfatizando a busca de soluções conjuntas. O Secretário Estadual de Recursos Hídricos Saneamento e Obras, Antônio Felix Domingues, agradece o convite, faz um resumo da última reunião do CRH, ocorrida em 20/12/94 e salienta a destinação de verbas para a ETE de Americana. Constatada a existência do quorum necessário, o senhor Presidente considera abertos os trabalhos.

2 - Leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária: Considerando a distribuição prévia, é solicitada e aceita a dispensa da leitura, passando-se à votação, sendo aprovada por aclamação.

3 - Comunicações: 3.1 - Dos órgãos do CORHI:

A senhora Estela Goldeinsten, da CPLA/SMA, comunicou a distribuição de um texto sobre as Áreas de Preservação Ambientais (APA's); o senhor Rui Brasil Assis, do DAEE, comunicou o andamento dos trabalhos contratados para elaboração do "Plano Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos das Bacias do Alto Tietê, Piracicaba e Baixada Santista" e "Estudos sobre Cobrança pelo Uso da Água";

3.2 - Da Presidência: O senhor Presidente comunica os resultados de sua viagem à França, ocasião em que teve oportunidade de visitar a Agência de Bacias Sena Normandie e reunir-se com o Presidente do Comitê que atua na área daquela Agência;

3.3 - Da Secretaria Executiva: O senhor Rui Brasil Assis comunica a participação, juntamente com o senhor Vice-Presidente da última Reunião do CRH, relata os principais assuntos tratados de interesse do CBH-PCJ, ressaltando que foram definidos critérios para alocação de recursos do FEHIDRO para cada uma das UGRHI's, segundo os respectivos graus de desenvolvimento quanto ao planejamento e gerenciamento de recursos hídricos. Continuando, informa ao Plenária as pessoas que foram credenciadas para participar da reunião com direito a voz. Finalizando, comunica que as futuras correspondências da Secretaria Executiva serão enviadas somente aos representantes titulares do Comitê, cabendo a estes a divulgação para os representantes suplentes;

4. Relato dos assuntos a deliberar: O senhor Secretário Executivo expõe o conteúdo das minutas de Deliberações distribuídas previamente aos senhores representantes e informa sobre as propostas de alterações havidas após as Reuniões Preparatórias de Valinhos (23/11/94), Santa Bárbara D'Oeste (24/11/94) e das Câmaras Técnicas de Outorgas e Licenças e Assuntos Institucionais, passando-se na sequência à discussão específica dos assuntos. Foi solicitado pelos senhores Prefeitos e aceito pelo Plenário, alteração na ordem dos assuntos da pauta, ficando aprovada como segue;

4.1 - Minuta de anteprojeto de Lei sobre Agência de Bacias: O senhor José Paulo Ganzeli, Coordenador da CT-AI, expõe a busca do consenso como meta dos trabalhos, relata os eventos promovidos para discussão e consultas sobre o tema, destaca a efetiva participação dos membros da CT-AI, as contribuições do Consórcio Intermunicipal Piracicaba-Capivari e

agradece as entidades que contribuíram financeiramente para a elaboração da proposta. Na sequência, o Dr. Cid Tomanik Pompeu, Consultor Jurídico do CBH-PCJ, faz um relato sobre a proposta, esclarece o seu papel no trabalho e justifica o conteúdo da proposta. Após algumas manifestações do Plenário, enaltecendo a importância do trabalho realizado, o senhor Presidente coloca em votação a minuta que "aprova anteprojeto de lei autorizando o poder executivo a participar da criação da Fundação Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá". a minuta é aprovada por aclamação, recebendo a denominação de *Deliberação CBH-PCJ n.14/94*;

4.2 - Critérios para solicitações ao FEHIDRO e hierarquização de prioridades: O senhor Secretário Executivo relata como foram elaborados os critérios propostos e as discussões prévias realizadas. O senhor Secretário de Recursos Hídricos, Antônio Felix Domingues faz uma colocação de ordem técnica quanto à sobreposição de pedidos em relação a ETE de Americana com o Convênio SANEBASE em andamento. O Secretário Executivo solicita a intervenção do Eng. Astor Dias de Andrade, do DAEE, que esclarece as diferenças entre os dois pedidos. O Senhor Antônio Felix recomenda que seja explicitada essa diferença nos respectivos processos de financiamento e solicita contato entre o pessoal de Americana e da Secretaria de Recursos Hídricos para que seja verificado se a documentação existente é compatível com o que foi exposto. O Senhor Presidente coloca o assunto em votação, com a ressalva feita pelo Senhor Secretário, sendo aprovado por aclamação e recebendo a denominação de *Deliberação CBH-PCJ n. 15/94*;

4.3 - Alteração de disposições do Estatuto e da Deliberação CBH-PCJ 12/94, de 15/04/94: O senhor Presidente solicita ao Secretário Executivo a leitura das alterações. O Secretário esclarece que as alterações foram propostas pela Câmara Técnica de Assuntos Institucionais (CT-AI) e incidem sobre o o artigo 2º, artigo 3º; caput do artigo 5º; e artigo 7º das Disposições Transitórias; e do cronograma de acompanhamento dos estudos da Cobrança. Manifestando-se, o Coordenador da CT-AI, senhor Paulo Ganzelli relata as dificuldades encontradas para a análise e parecer sobre diversos assuntos, dentre eles o acompanhamento do estudo da cobrança pelo uso da água e a reformulação do Estatuto do CBH-PCJ, em função do tempo demandado pelo estudo da Agência de Bacia. Essa é a razão da proposta de alteração dos artigos que tratam do mandato da diretoria do CBH-PCJ e do mandato dos membros das entidades que representam a Sociedade Civil, prorrogando-se os mesmos até o final do mês de março de 1995. Não havendo manifestações contrárias, o senhor Presidente coloca em votação o assunto que é aprovado por aclamação, recebendo a denominação de *Deliberação CBH-PCJ 16/94*;

4.4 - Recomendação para instituição do Sistema Integrado de Outorgas e Licenças (SIOL) :

O senhor Presidente solicita ao coordenador da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL), senhor Luiz Roberto Moretti , que faz um breve relato sobre o assunto, discorrendo sobre os objetivos e conteúdo básico da proposta sobre o SIOL e os benefícios decorrentes de uma integração nos procedimentos para outorgas e licenças por parte do DAEE, CETESB e DEPRN. Após algumas manifestações, o assunto é colocado em votação pelo senhor Presidente e aprovado por aclamação, recebendo a denominação de *Deliberação CBH-PCJ n. 17/94*;

4.5 - Manifestação ao DAEE sobre ampliação da captação no rio Atibaia para abastecimento de Jundiá: - O senhor Presidente, iniciando a discussão da matéria, solicita a manifestação do Coordenador da CT-OL, Eng. Luiz Roberto Moretti, que relata todo o processo de consulta que resultou no parecer da Câmara técnica, sendo apertado pelo Senhor Peter B.B. Walker representante da ASSEMAE, que ressalta a necessidade de controle sobre as perdas de água por parte do serviço de água de Jundiá para depois se autorizar o aumento na captação e sobre as limitações impostas pela operação do Sistema Cantareira. O senhor Luiz Roberto Del Gelmo, representante do Prefeito de Jundiá, esclarece as dúvidas do Senhor Peter quanto ao primeiro ponto e o Secretário Executivo propõe um adendo na minuta para contemplar a questão levantada sobre o Sistema Cantareira que é aceito pelo senhor Peter Walker. O senhor Presidente coloca em votação o assunto, com o adendo proposto pelo Secretário Executivo, sendo aprovado por aclamação e recebendo a denominação de *Deliberação CBH-PCJ n. 18/94*;

4.6 - Instituição do Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico (GT-MH): O Presidente senhor Mendes Thame, iniciando a discussão solicita uma explanação sucinta do assunto, o que é feito pelo Secretário Executivo e pelo Eng. Luiz Roberto Moretti, atual coordenador das atividades que vem sendo desenvolvidas. Na sequência o assunto é colocado em votação e aprovado por aclamação, recebendo a denominação de *Deliberação CBH-PCJ n. 19/94*;

5. Outros Assuntos: Solicita a palavra o senhor Flávio Tonin, Prefeito de Indaiatuba, que recorrendo ao disposto no artigo 24 do Estatuto do CBH-PCJ, solicita seja incluída na pauta a discussão e deliberação sobre o aproveitamento do Rio Pirai, conforme solicitado na Reunião Preparatória ocorrida em Valinhos, em 23/11/94, justificando tratar-se de matéria relevante e urgente, sobre a qual foi elaborado um Parecer da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças. O senhor Presidente solicita a verificação de quorum para dar continuidade ao assunto. O Secretário Executivo faz a verificação e comunica a existência de quorum. O Senhor Presidente abre a palavra para manifestações sobre a proposta encaminhada. Primeiramente, manifesta-se o representante de Indaiatuba, Senhor Ricardo Spindola, que acrescenta

argumentos às considerações do Senhor Prefeito, relatando a gravidade da situação do abastecimento público do município, manifestando o respeito aos interesses dos demais municípios envolvidos na questão, bem como aos procedimentos junto ao Comitê. Finalizando, lembra que a disponibilidade hídrica existente possibilita o volume solicitado em caráter emergencial de 150 l/s. Posteriormente, senhor Oswaldo Sonsini Júnior, representante credenciado pelo senhor Prefeito Municipal de Itú, manifesta-se contrário à inclusão do assunto na pauta, em função do reduzido tempo que se teve para a discussão aprofundada do problema no âmbito do CBH-PCJ; do desinteresse por parte do município de Salto numa solução conjunta, manifestada em reunião ocorrida em Jundiaí; e do fato de que Itú também vai necessitar captar água no Rio Pirai, num curto espaço de tempo. Manifestaram-se, ainda sobre o assunto, os Senhores Alcides Almeida, representante do Município de Salto; Mauro Traudi, credenciado pelo senhor Prefeito de Cabreúva; Walter Jácomo Toniolo, representante da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos Saneamento e Obras; o Deputado Federal eleito, José Machado, representante da UNIMEP; Peter B.B. Walker, representante da ASSEMAE; Frederico Pollo Muller, prefeito de Americana; e Luiz Roberto Del Gelmo, representante de Jundiaí. Nesse ponto da reunião, o Senhor Presidente pede desculpas a todos pela necessidade de se ausentar da reunião e convoca o Vice-Presidente, Senhor Eduardo Paschoalotti, para assumir a condução dos trabalhos. Na sequência é colocado em votação a inclusão na pauta do parecer da CT-OL 03/94, que é aprovada por ampla maioria, registrando-se 3 (três) abstenções, após o que o Senhor Presidente coloca o assunto em discussão e solicita ao Coordenador da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL), senhor Luiz Roberto Moretti, para fazer uma rápida explanação sobre o conteúdo do Parecer. Em seguida, manifestaram-se sobre os Senhores Antônio Furlan, representante de Valinhos; Luiz Roberto Del Gelmo, representante de Jundiaí; Amauri A. Campos, representante de Bom Jesus dos Perdões; Oswaldo Sonsini Júnior, representante de Itú; Flávio Tonin, Prefeito de Indaiatuba; Rui Brasil Assis, Secretário Executivo; Walter J. Toniolo, representante da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos

Saneamento e Obras; Ricardo Spindola, representante de Indaiatuba; e Frederico Pollo Muller, Prefeito de Americana. Após os debates, o Senhor Vice-Presidente, no exercício na Presidência, coloca em votação o Parecer Técnico da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças 03/94., que é aprovado por ampla maioria, registrando-se 5 (cinco) abstenções. O Senhor representante da UNIMEP, Deputado Federal eleito José Machado, que se absteve da votação, solicita que seja juntada à Ata sua "Declaração de Voto de Abstenção", cuja íntegra encontra-se transcrita ao final desta Ata. Essa aprovação é denominada de *Deliberação CBH-PCJ 20/94*. Ainda em "outros assuntos" o Senhor Presidente abre a palavra aos presentes. O representante de Salto, Senhor Alcides Almeida enaltece a oportunidade da elaboração pareceres conjuntos pelos órgãos do Estado, como o DAEE, CETESB e DEPRN. O representante de Pedreira, Marcos Eduardo Gomes da Cunha, solicita que se leve em consideração, nos próximos pareceres, a questão do tratamento de esgoto por parte dos municípios. Finalizando essa parte da reunião, o Senhor João Roberto Rodrigues, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA da Secretaria do Meio Ambiente, comunica a edição do Relatório de título "Bacia do Rio Piracicaba - Estabelecimento de Metas Ambientais e Reenquadramento dos Corpos D'água", elaborado pela CPLA/SMA, com a colaboração e participação de outros órgãos do Estado. O Senhor João Roberto dá informações gerais sobre o trabalho, distribuído a todos os representantes; comunica que o mesmo ficará à disposição dos interessados, inclusive na Secretaria Executiva do CBH-PCJ, ressalta a importância de sua discussão regional e convida a todos para, após o encerramento da reunião participarem de um coquetel de lançamento do referido trabalho;

6 - Encerramento: O Secretário Executivo comunica que a íntegra de todas Deliberações, na forma aprovada na reunião, serão publicadas no Diário Oficial do Estado nos próximos dias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença e participação de todos e dá por encerrada a reunião.

Rui Brasil Assis
Secretário Executivo

Eduardo Lovo Paschoalotti
Vice-Presidente

Antonio Carlos de Mendes
Thame
Presidente

"DECLARAÇÃO DE VOTO DE ABSTENÇÃO DE JOSÉ MACHADO AO PARECER TÉCNICO CT-OL Nº 03/94 - 3a. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-PCJ, REALIZADA EM 21/12/94, EM CAMPINAS - SP:

Abstive-me na votação dessa matéria pelos seguintes motivos:

Eu era favorável ao adiamento da votação, para uma reunião extraordinária do CBH, a fim de propiciar uma discussão mais adequada a respeito do assunto e para forçar os municípios envolvidos a evoluírem em busca de entendimento e cooperação. Boa parte do plenário parecia desejava dessa solução, mas faltou iniciativa de articulação para viabilizá-la.

Não estando familiarizado e engajado na problemática política que envolve os municípios da sub-bacia do rio Pirai, senti-me impelido a não tomar posicionamento que pudesse ser interpretado como intransigência ou sectarismo de minha parte.

Nas condições de urgência em que foi instada a se manifestar, a CT-OL emitiu um parecer competente sobre a questão, oferecendo garantias mínimas de que interesses particularistas desse ou daquele município não prevaleçam sobre o interesse mais geral. As medidas apontadas pela CT-OL precisam ser efetivamente implementadas e é nosso dever monitorá-las.

Não obstante, entendo que, para o futuro, a CT-OL bem como as demais CTs deveriam se recusar a emitir pareceres sem que disponham de tempo hábil para considerar os aspectos globais que envolvem o assunto sob exame.

É o meu voto.

a) *José Machado*
Sociedade Civil/UNIMEP